

no feito de existirem *moitos modelos* de Universidade, tanto entre os propios membros da comunidade universitaria como no seo da sociedade. Falla unha concordia básica sobre o tipo de universidade que se demanda: ¿universidade como centro de investigación e de procura de saber?, ¿universidade como institución formadora de bos profesionais para o mercado laboral?, ¿universidade como foro de debate, de liberdade crítica e de pureza ideolóxica sen contaminación co mundo circundante?. Todas estas interrogantes, e moitas outras, son colocadas con frecuencia nos debates sobre o futuro da Universidade. Pero o máis importante a suliñar é que, de modo xeral, a Universidade trata de facer frente a esta diversidade de esixencias. Daí esa “complexidade” que, por veces, leva a engano sobre a verdadeira natureza da institución.

Non obstante, este recoñecemento da diversidade e, mesmo, da difícil soldadura de modelos de universidade non permite outra cousa que definir unha realidade. O asunto principal está en cómo afrontar o futuro da institución. E este traballo non poderá ser efectivado de non mediar un duplo proceso. En primeiro lugar, a consecución dunha nova “lexitimidade” que permita non só sobardar a condición elitista da universidade tradicional, senón tamén fixar a posición da institución no seo das sociedades occidentais profundamente terciarizadas, con cambiantes necesidades de formación e vertebradas polo poder dos *mass media* e o valor intrínseco da comunicación. E, en segundo lugar, cumprirá que as universidades superen a súa rixidez organizativa, que sexan capaces de traballaren por obxectivos, que os seus resultados poidan ser contrastados e que, en definitiva, a Universidade forme parte da vangarda que debe construír o vindeiro milenio.

Esta é tarefa que fica diante de nós e que, de forma colectiva, deberemos afrontar, por riba de distancias e fronteiras, nesta década dos noventa. Penso que esta ambición está nos fundamentos da iniciativa tomada por esta Universidade de reflexionar non só sobre o seu futuro, senón tamén sobre vieiros diferentes a transitar. Teño a impresión de que, co esta intervención exclusivamente centrada na experiencia universitaria española recente, cicais acrecentei máis a confusión do que a claridade do camiño a seguir, ao traer a colación máis problemas do que solucións. Pero non me preocupa, porque tamén esta é unha forma de construír a Universidade.

Marianne Lacomblez

### Para uma Universidade Espaço de Confrontações

Uma conflitualidade aberta e fecunda considerada como fonte de “legibilidade” da realidade social

Ao preparar esta minha contribuição no âmbito deste ciclo de reflexão, fui confrontada com a dificuldade de ter de privilegiar uma abordagem acerca das alternativas, correndo o risco de menosprezar o balanço que subjaz às minhas considerações.

Decidi então avançar para uma fórmula intermédia que, espero eu, não seja demasiado híbrida: uma fórmula que, apesar de referir o passado-presente, visará preferencialmente o tempo futuro e orientar-se-á para propostas de trabalho e de intervenção.

Direi, talvez, antes de entrar na problemática de hoje, que a minha contribuição pretende articular-se sobre algumas linhas de reflexão que, no decorrer destes últimos anos passados na nossa Universidade e, nomeadamente, em função da minha experiência em universidades de outros países da Comunidade Europeia, acabaram por suscitar o meu interesse, as minhas dúvidas, a minha vontade de pensar em alternativas.

Mas, uma vez que a minha experiência constitui o ponto de partida essencial destas considerações, não terei a pretensão, como é óbvio, de exaustividade e de análises completas.

Agora, para passar ao assunto e para justificar globalmente os vários aspectos da minha reflexão, sublinharei a necessidade premente da Universidade se interrogar sobre a sua inadaptação às transformações numerosas e complexas da sociedade em que se insere. E a necessidade, sentida por alguns, de aplicar a partir de certo momento o princípio do “*numerus clausus*”, pôs ainda mais em evidência essa inadaptação da Universidade. Pois, como sabemos, tal medida não chegou a resolver os problemas resultantes das solicitações crescentes dirigidas pela sociedade civil à instituição universitária; eu diria até que os agudizou, nomeadamente pela multiplicação das universidades privadas, que revelaram grandes contradições da sociedade portuguesa neste campo, mas que tiveram, pelo menos, como efeito positivo obrigar universidades como a nossa a procurarem melhor se definir.

É bem verdade que, na ausência de um debate aprofundado e alargado sobre novas orientações, corremos o risco de ter dificuldades crescentes na gestão do nosso quotidiano de trabalho, cada vez mais complexo e denso, e determinado em muitos aspectos pela necessidade de “dar a volta” aos problemas com os quais nos confrontamos.

Mas quais são então essas relações com a comunidade e quais poderão ser?

Tal como José Madureira Pinto escreveu num dos números do nosso *Boletim* (Nov./Dez. 90) eu direi também que a prestação de serviços ao exterior é frequentemente identificada à prestação

de serviços às empresas; e esta prestação é, em geral, concebida enquanto resposta ao que ele aí designa de “patéticos apelos à modernização tecnológica”.

O meu propósito não é, de maneira alguma, defender “*a contrario*” a ideia duma Universidade agarrada a uma autonomia total relativamente à colectividade: imaginar que poderíamos desenvolver um ensino e uma investigação sem ter em conta as características do contexto social em que se inserem é não só ilusório como acabaria finalmente por justificar objectivos de determinadas lógicas particulares. Mas importa, sim, do meu ponto de vista, salvar os valores e as exigências das práticas universitárias em relação às outras esferas, ou sectores da sociedade e, em particular, em relação ao mundo dos negócios ou à conjuntura política. Pois, é precisamente esta autonomia universitária — assim concebida — que caracteriza o conteúdo de “serviço público” de instituições como a nossa.

Sabemos quanto é fundamental a função crítica da Universidade, essencialmente porque o progresso científico resulta da capacidade e da oportunidade de questionar as ideias feitas e aceites.

Convém então, nesta ligação com a comunidade, não só reforçar e tornar mais sistemática a atenção a domínios pouco valorizados pelas entidades detentoras de subsídios para a investigação e para a formação, como importa também associar mais e melhor o papel da Universidade ao debate de ideias e à confrontação das opiniões.

No Portugal deste últimos anos, muitos parecem ter tendência a esquecer o valor da discussão e da negociação. No mundo do trabalho, por exemplo, os empresários portugueses particularizam-se, comparados com os empresários dos outros países da C.E., por uma clara vontade de afastar os trabalhadores das suas empresas de todo e qualquer debate relativo ao processo de modernização. Paralelamente, esses mesmos empresários concebem as reestruturações e reorientações dos processos de produção valorizando a simples aquisição de tecnologias de ponta e desprezando, ou ignorando, todos os aspectos da gestão relacionados com o trabalho humano — o que não deixa de comprometer, por vezes decididamente, os objectivos prosseguidos e, mais grave ainda, o que não deixa de provocar o seu lote de consequências negativas em termos de qualificação da mão de obra portuguesa.

As ideias matrizes que presidiram ao Programa CIENCIA revelaram quanto é dominante esta lógica na definição do projecto de desenvolvimento do País.

Importa, em consequência, sobretudo na actual conjuntura, que a Universidade assuma o seu papel de “incomodador”, atenta, como é evidente, aos “patéticos apelos à modernização tecnológica”, mas vendo o mundo do trabalho como o lugar da confrontação de projectos diversos e de interesses às vezes bem divergentes.

Nesse sentido, penso que um espaço maior teria de ser concedido a vários níveis da nossa Universidade, aos vários parceiros sociais e, nomeadamente, às organizações sindicais: espaço de confrontação onde a conflitualidade seja aberta, viável e criativa, com vista a permitir a “legibilidade” da realidade social.

Mas se for essa a nossa opção — de multiplicar as oportunidades de debate, de assumir plenamente a função crítica da Universidade, de respeitar o pluralismo dos pontos de vista e dos projectos — teremos de ser coerentes e aplicar esses princípios no seio da nossa própria organização. Não há dúvida que a organização interna da UP consagra o princípio da participação. E parece-me que certos órgãos de gestão como, a nível das faculdades, o Conselho Directivo ou o Conselho Pedagógico, quando comparados com as práticas de gestão de certas outras universidades estrangeiras, são indubitavelmente mais conformes ao modelo de uma gestão democrática.

Contudo, é verdade que, como disse Daniel Bessa no primeiro Painel deste Ciclo de Debates, o poder real pertence aos docentes e fundamentalmente aos doutorados. As raízes desse poder são de vária ordem e não queria agora desenvolver essa análise. Parece-me mais importante, aqui e agora, pensar em fórmulas organizacionais que suscitariam a negociação entre as diferentes categorias profissionais existentes. Estou convencida que a Universidade só pode funcionar com eficácia, isto é, fornecer à colectividade os vários serviços que dela se espera, se conseguir mobilizar com harmonia as suas componentes. Ora, na situação actual, muitos dos problemas específicos a certas categorias profissionais só são ouvidos se a “sensibilidade” dos Doutores o permitir. Penso, por isso, que um passo significativo poderia ser realizado através da gestão de certos descontentamentos, institucionalizando-se o princípio da negociação, do debate aberto entre os vários pontos de vista, libertando desta forma a consideração e a análise de problemas reais das relações individuais e das eventuais boas vontades.

Parece-me aliás significativo o facto de não termos na nossa Universidade nenhuma instância do tipo Comissão de Trabalhadores ou Comissão de Higiene e Segurança. E perdemos com certeza assim a oportunidade de ter um melhor conhecimento e de melhor poder resolver questões relativas ao quotidiano de trabalho de muitos dos membros da nossa instituição-organização.

No prolongamento desta última reflexão, perguntarei ainda porque razão numa Universidade agora conhecida pelo seu Curso de Medicina do Trabalho, ainda não usufruímos dos serviços dum médico de trabalho?

Serão as nossas condições de trabalho tão perfeitas que não justificam tal acto preventivo?

Ou será que se parte do princípio que a motivação dos membros da comunidade universitária é tal que ela consegue superar todas essas lacunas?

Temos talvez demasiada tendência a interiorizar — fazer nossa — a imagem que frequentemente se tem do funcionário público, que costuma ser representado como usufruindo duma situação profissional vantajosa, ou privilegiada, mostrando-se por isso pouco disponível para avançar com reivindicações relativas à saúde e segurança no trabalho, que seriam percebidas como reforçando a tal situação de vantagem veiculada pela representação dominante. Uma representação globalmente negativa que faz com que, face a certas dificuldades, se recorra facilmente às injunções e ao sentido do dever, mas que acaba por impedir a análise objectiva das condições efectivas em que são desempenhadas certas funções e a necessidade duma revalorização de certas categorias profissionais.

Quero com isto dizer que falta, talvez, na nossa Universidade um Departamento de Gestão dos Recursos Humanos, que teria como função estar mais atento a certos aspectos do trabalho humano, que planearia, nomeadamente, acções de melhoramento das condições de trabalho e acções de formação — acções de formação não só orientadas para a boa utilização dos novos meios de trabalho, mas também para a aquisição duma plena percepção do sentido da função desempenhada no seio duma organização destinada a ser cada vez mais complexa e onde é de prever ainda numerosas transformações.

Por outro lado, já que estamos a tratar da estrutura interna da nossa Universidade, não será, pergunto eu, que faltam estruturas ou plataformas intermédias entre o nível da Faculdade e o nível dos órgãos centrais?

Coloco muito simplesmente a questão porque estou convencida do carácter saudável que pode ter o reforço dos contactos entre as faculdades, que talvez as ajudasse a serem menos fechadas sobre elas próprias, sobre as suas dinâmicas internas, e as pudesse conduzir a ultrapassar certas imagens preconcebidas que algumas adoptam em relação às outras.

Mas coloco também esta questão das estruturas intermédias, de modo simples, repito, por razões relacionadas com a nossa prática pedagógica e a qualidade da nossa investigação. Pois parece-me claro que, em parte em razão das transformações consideráveis da nossa sociedade, a investigação científica assume não só uma importância crescente como também uma envergadura tal que exige as complementaridades dos saberes e a cooperação intensa entre parceiros científicos.

A abertura a outras disciplinas, a outras universidades e a outros centros de investigação torna-se, por isso, penso eu, tão (para não dizer mais) importante quanto a abertura à sociedade.

Mas será que as nossas estruturas internas estarão adaptadas para responder a essas necessidades?

E já que por experiência própria posso testemunhar que muitos dos meus contactos com colegas de outras faculdades, ocasionados por razões pedagógicas ou de docência, acabaram muitas



vezes por ter os seus prolongamentos no plano da prática científica, avançarei aqui propostas relativas à organização do nosso ensino.

O Senhor Reitor falou já, no primeiro Painel, de interdisciplinaridade e sugeriu voltar a considerar o sistema de unidades de crédito. Farei minha também esta sugestão. E porque não, por exemplo, incentivar as faculdades a organizar os respectivos cursos fornecendo aos alunos a formação que lhes é específica mas completando essa formação especializada com cadeiras — eventualmente de opção — a serem frequentadas noutras faculdades mais vocacionadas para outros domínios complementares da dita formação específica?

Um sistema deste tipo, além de criar também as condições para um melhor conhecimento mútuo dos alunos de formação diversas, seria, por outro lado, particularmente vantajoso no quadro do desenvolvimento dos intercâmbios com universidades estrangeiras e, nomeadamente, no quadro do Programa ERASMUS.

No entanto, uma evolução nesse sentido terá de ser gerida com todos os devidos cuidados. Assim, não posso deixar de sublinhar a situação da minha Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, cujas instalações só permitem que os seus membros lá caibam com grande dificuldade; ora, tal situação é claramente inadequada a uma abertura a alunos de outras faculdades!

Mas é verdade que, como disse Madureira Pinto no artigo já referido, em termos de ensino trata-se de repensar todas as fronteiras. E não só as fronteiras entre as nossas faculdades, pois, se quisermos realmente, de acordo com a dita função da Universidade na sociedade, transmitir aos nossos alunos capacidades críticas e inventivas, teremos também que rever certos princípios ainda dominantes nas nossas práticas pedagógicas, adoptar modelos de formação em alternância, deixar de privilegiar o cumprimento da escolaridade no espaço físico da instituição, multiplicar as oportunidades de assistir e participar na confrontação de ideias, de projectos, de escolas científicas...

Sublinharei, mais uma vez, a utilidade dum Departamento de Gestão dos Recursos Humanos para a Universidade do Porto que poderia também, e desde logo, assegurar e planear oportunidades duma formação pedagógica contínua para os docentes da nossa casa. Aliás, já alguns docentes de outras faculdades dirigiram à nossa Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação pedidos nesse sentido — o que contribui para demonstrar a realidade dessa necessidade.

Gostaria ainda, antes de finalizar a minha intervenção, de dizer algumas palavras relativamente a certos aspectos da nossa prática de investigação ou, mais exactamente, relativas à situação de muitos (entre os poucos) investigadores.

O número reduzidíssimo de pessoas que, em Portugal, fazem da investigação científica uma profissão é com certeza revelador

dum “estado de coisas” que terá de ser ultrapassado.

Mas, por outro lado, atravessamos um período caracterizado pela incipiência da política científica do Estado, acompanhada — ou talvez reforçada — por uma proliferação de solicitações e de oportunidades de programas de investigação de curta e média duração.

Importa, como é óbvio, relembrar ao Estado o interesse social e económico dum financiamento correcto das actividades de investigação — defendendo com vigor a importância cultural e o desafio democrático que representa o desenvolvimento duma investigação livre e desinteressada.

Importa também pensar num reforço das carreiras de investigação.

Mas importa ainda, e isso urgentemente, fornecer-nos os meios jurídicos e administrativos que facilitarão a contratação de investigadores, aos quais incumbirá uma boa parte da realização do trabalho dos contratos dos tais programas de investigação atrás referidos. Pois, não podemos aceitar o facto de ver cada vez mais estes nossos investigadores reduzidos ao estatuto de tarefeiro: a precaridade duma relação salarial desse tipo só prejudica o investigador e a qualidade do seu trabalho. Na maioria dos casos, o tempo de trabalho dos docentes previsto para a investigação não chega de maneira alguma para cumprir tais contratos.

Tratar-se-á de encontrar fórmulas e soluções que permitam à Universidade e às suas unidades responder, por um lado, aos pedidos sociais e, por outro, às exigências que impõem à sua prática de investigação. A questão não é pacífica, mas, sob o ponto de vista do investigador, não podemos satisfazer-nos com a contratação do cientista dependente fundamentalmente do prazo do contrato concluído: há que avançar com fórmulas que garantam uma certa segurança de emprego a esses investigadores, permitindo-se, por exemplo, a utilização do tempo que medeia entre dois contratos para o desenvolvimento de uma reflexão mais teórica que possa servir, eventualmente, para a realização de uma dissertação de mestrado ou doutoramento. Fundamentalmente, as soluções a encontrar dependerão da filosofia que a Universidade adoptará relativamente a esta realidade contratual da investigação, filosofia essa que está, como é óbvio, fortemente dependente dos parâmetros em que baseia a sua actual missão.